

Semântica da Enunciação: um percurso teórico

Semantics of Enunciation: a theoretical overview

Mara Lúcia Martins Rodrigues¹
Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso

Neuza Zattar²
Universidade do Estado de Mato Grosso

RESUMO: Este artigo é o resultado de um dos capítulos desenvolvidos durante o curso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat e tem como propósito apresentar os estudos sobre enunciação desenvolvidos por Bally (1932), Benveniste (1966; 1974), Ducrot (1972; 1973; 1984), na França, e por Guimarães (1987; 1995; 2002; 2018) e Dias (2018), no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística; Teoria da Enunciação; Semântica da Enunciação.

ABSTRACT: This article is the result of one of the chapters developed in the course in the *Stricto Sensu* Graduate Program in Linguistics from Mato Grosso State University/Unemat and has the purpose to present the studies on enunciation developed by Bally (1932), Benveniste (1966; 1974), Ducrot (1972; 1973; 1984), in France, and by Guimarães (1987; 1995; 2002; 2018) and Dias (2018), in Brazil.

KEYWORDS: Linguistics; Theory of Enunciation; Semantics of Enunciation.

1. Introdução

A linguagem sempre exerce sobre o homem o poder de seduzi-lo. Este jogo de encantamento entre o homem e a linguagem permeia a história da humanidade em diferentes campos teóricos. O homem é um ser constituído de/pela linguagem e este acontecimento o torna diferente dos demais seres, fundando, desse modo, o interesse humano pelas questões da linguagem e de seu funcionamento.

Assim, neste artigo, apresentaremos um percurso das concepções dadas à *enunciação* nos estudos da linguagem realizados ao longo do século XX, na França, por Bally (1932), Benveniste (1966; 1974), Ducrot (1972; 1973; 1984) e, posteriormente, no Brasil, por Guimarães (1987; 1995; 2002; 2018) e Dias (2018). Anteriormente a estes trabalhos, cabe-nos destacar outros dois autores: Bréal e Saussure. Os estudos de Bréal não se resumiram ao fato de ele ter sido o primeiro a definir a semântica³ como a ciência da significação, mas também pela importância de seus trabalhos em relação ao prenúncio de questões como o modo como as palavras representam a subjetividade da linguagem, que foi crucial para a edificação do conceito de *enunciação*. Ao desenhar esse prenúncio, Bréal abre a possibilidade para futuros trabalhos no campo da Semântica, ao afirmar em

¹Doutora em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres. Professora de Língua Portuguesa, lotada na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT. E-mail: rodriguesmara05@gmail.com

²Doutora em Linguística pela UNICAMP. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres. neuza.zattar@gmail.com

³A palavra *Semântica* aparece no artigo intitulado *Les Lois intellectuelles du langage. Fragment de Sémantique* (1883), publicado, posteriormente, no livro *Ensaio de Semântica* (1897).

Ensaio de Semântica (2008, p. 20) que a propositura de seu trabalho é a de “traçar algumas grandes linhas, marcar algumas divisões, como um plano provisório, sobre um domínio ainda não explorado, e que reclama o trabalho combinado de várias gerações de linguistas”.

Bréal afirma que “a linguagem é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana”. (2008, p. 195)⁴. Esta passagem assegura a essência de uma posição teórica que terá, ao longo do século XX, desdobramentos fundamentais para a constituição dos estudos semânticos. Um destes desdobramentos será refletido nos estudos realizados por Émile Benveniste (2005), quando afirma que é um homem falando com outro homem que encontramos no mundo.

O segundo autor, Ferdinand Saussure, em o *Curso de Linguística Geral* (1916), afirma que a linguagem comporta um lado social e um lado individual, ou seja, de um lado temos a *língua*⁵, definida por ele como um sistema de signos e, de outro, a *fala*⁶, compreendida como um ato individual de vontade e inteligência do homem.

Ainda sobre a língua, Saussure afirma que além de essencialmente social, a língua é independente do indivíduo, já a fala é psicofísica e capaz de fazer evoluir a língua. A fala é o acontecimento que projeta a existência da língua. Primeiro, o homem aprende a fala e, depois, a língua. Sem a fala, a língua não existiria. Para o autor, “a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos”. (2012, p. 51).

Destarte, Saussure define a língua como objeto da Linguística e, ao distinguir língua da fala, prioriza a língua, não em seu estado evolutivo, diacrônico, mas em seu estado sincrônico, visto que o seu objetivo estava centrado em compreender o funcionamento e não a modificação das línguas. Consequentemente, ao escolher a língua como objeto da Linguística, Saussure abre mão da fala juntamente com aspectos como o sujeito, o mundo e a história em seus estudos.

E o excluído por Saussure passa a ser objeto de interesse de outros linguistas no século XX, sobretudo no que tange à Teoria da Enunciação desenvolvida por Bally, Benveniste e Ducrot, na França, e à Semântica da Enunciação tratada por Guimarães (1995; 2002; 2018), e por Dias (2018), atualmente no Brasil, cujos estudos se filiam aos postulados dos pesquisadores europeus.

2. Charles Bally e a Teoria Geral da Enunciação

Charles Bally (1944), em *Linguistique Générale et Linguistique Française*, na seção Teoria Geral da Enunciação, defende a proposição de que a linguagem serve para comunicar o pensamento⁷. Para ele, toda enunciação do pensamento pela língua está condicionada lógica, psicológica e linguisticamente em proporções variáveis. A enunciação é o ato que um sujeito (representação do locutor) realiza ao utilizar a língua para comunicar seu pensamento e marcar a sua subjetividade. Suas reflexões contribuem para que a tese da presença primordial do homem na linguagem adquira contornos mais bem definidos.

O sujeito falante, ao comunicar um pensamento, ou agir no mundo por meio da linguagem, deixa marcas não só de si mesmo, mas também do mundo, da sociedade, das

⁴ Nesta mesma direção de pensamento, Karim (prelo, p. 5) pontua que em Bréal temos um “sujeito representado por povo, ou seja, o povo é tomado enquanto sujeito histórico, como resultado das práticas e relações sócio-históricas, estas construídas na/pela linguagem”, sendo assim, considera-se que os sentidos das palavras não são estáticos, ou seja, a mudança de sentido sofrida pelas palavras ao longo do tempo se produz no funcionamento da linguagem por um sujeito/falante, que não é o sujeito empírico, mas um sujeito afetado pela história.

⁵ Cf. Saussure, 2012, p. 47.

⁶ Idem, p. 45.

⁷ Esta definição difere da de Port-Royal para quem a língua servia para significar nossos pensamentos.

situações e dos demais indivíduos que o cercam. Estas marcas correspondem ao contexto, à situação e à interlocução e se presentificam no enunciado. Mesmo que estas marcas sejam apreendidas e interpretadas, elas não correspondem “ao interior exato dos sujeitos, mas a uma representação, àquilo que é manifesto exteriormente através do uso da linguagem”, na qual o sujeito deixa marcas. (FLORES et al., 2009, p. 223).

Bally (1944, p. 35) define a frase como “la forme la plus simple possible de la communication d’une pensée⁸”. Do ponto de vista de Bally, pensar é reagir a uma representação constatando-a, apreciando-a ou desejando-a. Desse modo, podemos dizer que para Bally o conceito de pensamento não tem uma relação com a atividade de pensar. E nesse sentido, ele se aproxima do campo enunciativo, porque o pensamento para ele é uma reação a uma representação, ou seja, toda vez que um sujeito falante faz uso da frase, ele reage a esta representação e a atualiza pelas estruturas formais da língua, seja em forma de julgamento, apreciação ou desejo. Trata-se, portanto, de uma atividade de linguagem.

Toda frase é constituída por um *dictum* (conteúdo) e por um *modus* que é a parte da frase em que se concentra a dimensão enunciativa, ou seja, é no *modus* que estão contidas a afetividade e a subjetividade do falante em relação ao conteúdo.

Na frase *Eu creio que este acusado é inocente*⁹, conforme Bally (1944), temos um sujeito falante/pensante, que se marca pelo uso do pronome pessoal *Eu*, operando um ato de pensamento (crer) em uma representação (a inocência de um acusado). Dizendo de outra maneira, o *dictum* é o conteúdo que se configura pela crença e o *modus* é o julgamento que o ‘Eu’ faz sobre a inocência do acusado, ou seja, sobre o conteúdo. Partindo das noções de *modus* e *dictum*, retomadas por Bally da filosofia medieval¹⁰, temos a seguinte representação nas palavras de Barbisan & Teixeira (2002, p. 164):

X tem tal reação diante de tal representação, X tem tal reação é o *modus* em que X é sujeito modal. O tipo de reação é o verbo modal. O *dictum* é a representação objeto da reação. Se a estrutura semântica de uma frase é sempre do tipo *modus* + *dictum*, a configuração significante realiza explicitamente essa estrutura, representando o *modus* e o *dictum* e, no interior do segmento modal, o sujeito modal e o verbo modal.

Por se tratar de uma teoria centrada no sujeito que fala, espontaneamente, sua língua materna e exprime suas ideias e sentimentos, ao comunicar-se com o outro¹¹, Bally afirma que toda frase contém um sujeito falante e um sujeito modal. O sujeito falante desdobra-se em duas faces¹²: de um lado, aquele que fala do ponto de vista da ação e expressão; de outro, aquele que entende do ponto de vista da impressão e reação. Contrariamente ao sujeito falante que é o ser empírico, responsável pela atividade efetiva de falar, o sujeito modal é uma imagem interior ao sentido¹³.

⁸ A frase é a forma mais simples possível da comunicação de um pensamento. [Tradução nossa].

⁹ Je crois que cet accusé est innocent. (BALLY, 1944, p. 38).

¹⁰ Na Idade Média, Port-Royal retoma o trabalho de Aristóteles sobre a equivalência da dupla negação contraditória em proposições assertivas e modais, para dizer que a decomposição destas proposições resulta em um *modus* e um *dictum*.

¹¹ Cf. Chiss, 1985, p.86. La théorie est centrée sur le “sujet qui parle spontanément sa langue maternelle” et à travers laquelle il exprime ses “idées” et “sentiments” et communique avec autrui.

¹² Cf. Chiss, 1985, p. 92. Bien plus, l’omniprésence du sujet d’énonciation chez Bally, même si ses traces ne sont pas matérielles, recouvre là aussi une complexification qui fait sa place à une théorie de la production comme à une esquisse de théorie de la réception : Bally se montre attentif d’une part au clivage, à l’hétérogénéité du sujet parlant partagé entre le sentiment et l’intellect ; d’autre part, il insiste sur le déséquilibre entre les deux versants de la parole : la parole, du point de vue du sujet parlant, est “moyen d’action et d’expression”⁹ ; du point de vue du sujet entendant, elle est “source d’impressions et de réactions”. (L.V., p. 58).

¹³ Cf. Perrin, 2004, p. 13.

Bally (1944) também defende a existência de três formas características da enunciação, chamadas por ele de frase coordenada, segmentada ou soldadura. Sua tese é a de que toda oração é um ato de enunciação completo que, geralmente, constitui-se em duas partes: o tema e o propósito. O tema é entendido como o ponto inicial da comunicação ao qual é acrescido o propósito, que apresenta sempre a informação mais relevante.

O trabalho de Charles Bally, fortemente influenciado por Saussure, rompe em certa medida com o pensamento saussuriano ao considerar a linguística da fala. Para Bally, é preciso considerar a *enunciação* e o sujeito que diz. Estas são, para nós, questões fundantes em seu legado e que nos interessa neste percurso.

3. Émile Benveniste e a Enunciação

A releitura dos textos escritos por Émile Benveniste nos ajuda a compreender o modo como o autor constitui o conceito de *enunciação*, assim como o de sujeito da enunciação. O deslindamento de como se deu o processo de construção destes dois conceitos, ao longo de sua pesquisa, será observado, sobretudo, nos textos que resultaram nos livros *Problemas de Linguística Geral (I)* e *(II)*¹⁴.

Em todo o percurso de escrita do autor, observa-se que há um movimento teórico sendo construído sobre o conceito de *enunciação*. Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, publicado em 1946, Benveniste começa o texto afirmando que “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa”. (2005, p. 247). Para o autor, a relação entre as três pessoas *eu*, *tu* e *ele* possibilita desdobramentos em singular e plural e, conseqüentemente, essa relação de pessoa está presentificada na natureza do verbo. E de que forma este texto ajuda a compreender o conceito de enunciação?

O percurso estabelecido por Benveniste tem origem na gramática grega, que passa pelos estudiosos indianos¹⁵ e árabes. Nestes estudos, a primeira pessoa é definida como aquela que fala; a segunda, como aquela a quem nos dirigimos; e a terceira como aquela que está ausente. Para o autor, os pronomes *eu* e *tu* têm como característica o fato de apresentar uma unicidade específica. Diferentemente, o pronome *ele* comporta uma infinidade de sujeitos ou não. Além disso, o *eu* e o *tu*, não são posições fixas no diálogo, e o pronome ‘*eu*’ sempre é responsável por evocar o *tu*. Podemos considerar o acontecimento da publicação de *Estrutura das relações de pessoa no verbo* como o esboço de toda uma teoria que será desenvolvida nos anos seguintes.

Em 1956, Benveniste publica o texto intitulado *A natureza dos pronomes*, em que o autor afirma que todas as línguas possuem pronomes e estes pertencem à sintaxe da língua ou são característicos das *instâncias do discurso*, isto é, “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”. (2005, p. 277). Mais adiante, o autor afirma que *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”. Enquanto o *tu* é o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*”. (Idem, p. 279).

O que nos parece importante ressaltar desse texto, para o percurso que estamos fazendo, é o fato de que o autor anuncia sua teoria sobre a unicidade do sujeito ao formular que “é identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores

¹⁴ *Problemas de Linguística Geral I* (5. ed. publicado em 2005) e *Problemas de Linguística Geral II* (2. ed., publicado em 2006). São ao todo 48 artigos publicados em épocas e sessões diferentes: 1) Transformação da Linguística; 2) A comunicação; 3) Estruturas e Análises; 4) Funções Sintáticas; 5) O Homem na Língua e 6) Léxico e Cultura.

¹⁵ Ressaltando que, conforme Benveniste (2005), para os indianos a ordem das pessoas se dá de forma inversa a nossa: a primeira pessoa, *prathamapurusa*, corresponde a nossa terceira pessoa; a pessoa intermediária, *madhyamapurusa*, corresponde a nossa segunda pessoa; e a última pessoa *utamapurusa*, corresponde a nossa primeira pessoa.

se propõe alternadamente como “sujeito”. (Idem, p. 280-281). Este signo único, *eu*, assumido pelo locutor, determina a responsabilidade do dizer. “É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira”. (Ibidem).

Sobre a terceira pessoa, Benveniste pontua que ela “representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa” (Idem, p. 282), ou seja, *ele* é a não-pessoa em relação às pessoas *eu* e *tu*. Os pronomes de terceira pessoa diferem de *eu* e *tu* pela função e natureza que exercem no enunciado.

Para Benveniste, quando o locutor enuncia *eu*, constitui-se a subjetividade do sujeito no enunciado. A subjetividade “é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”. (Idem, p. 286). Parafraseando o autor, é o *Eu* que se diz *eu*, desta forma, o fundamento da “subjetividade” se representa na forma linguística da “pessoa”. E a possibilidade da linguagem está no fato de que cada locutor, ao se apresentar como sujeito, remete a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Para ele, nesse movimento há a passagem de *locutor a sujeito*, um sujeito que se constitui na e pela enunciação, por isso sujeito da enunciação.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1970) formula a teoria da enunciação e inicia a sua reflexão sobre as condições do “emprego das formas” que, no seu modo de entender, não são idênticas às condições de emprego da língua. Embora o autor, em textos anteriores, já anunciava com propriedade o modo como compreendia a enunciação, é neste artigo que encontramos a definição que universalizou esse conceito. Para ele, a *enunciação* é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. (2006, p. 82). Desta forma, a língua sem a enunciação é só uma possibilidade, ou seja, a língua só tem vida quando “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” e implanta o *outro* diante de si. “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (Idem, p. 84), e esta situação é possível por um jogo de formas linguísticas específicas cuja função é a de marcar ou subjetivar a linguagem.

Benveniste afirma que seu objeto é o ato de produzir um enunciado e não o texto do enunciado. Isso se explica quando afirma que “na enunciação considera-se o ato individual, as situações de realização e os instrumentos de sua realização”. (Idem, 83).

4. Oswald Ducrot e a Teoria da Enunciação

Oswald Ducrot, linguista e pesquisador francês, considera que “uma semântica linguística deve ser estrutural”, mas por outro lado afirma que o que “fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação”. (1987, p. 67). Por este caminho, “a realização de um *enunciado* é de fato um acontecimento histórico: “é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois” (1987, p. 168), isto é *enunciação* para Ducrot. Dizendo de outro modo, a *enunciação* é o acontecimento que constitui o surgimento de um enunciado que se realiza na/pela língua.

Na *Teoria da Polifonia da Enunciação*, Ducrot (1987) tem por objetivo contestar a teoria da unicidade do sujeito formulada por Émile Benveniste. Para Ducrot, a polifonia é o “fenômeno que possibilita ao locutor apresentar diferentes pontos de vista em um determinado enunciado”. (FLORES [et al.], 2009, p. 188). Para se chegar a esta definição, Ducrot se sustenta na noção de polifonia a partir do conceito de diálogo¹⁶ estabelecido

¹⁶ Para Bakhtin (2017, p. 219), o diálogo compreendido de modo mais amplo não se trata apenas da “comunicação direta em voz alta entre as pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo. Um livro, ou seja, *um discurso verbal impresso* também é um elemento da comunicação discursiva. [...], esse

por Bakhtin, para quem “várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre delas seja preponderante e julgue as outras”, principalmente nos textos literários, textos de literatura popular ou carnavalesca, [...]”. (1987, p. 161).

Ainda em *Esboço de uma Teoria da Polifonia da Enunciação*, ao tratar da questão do sujeito, Ducrot (1987) considera três propriedades: 1) o sujeito empírico dotado da capacidade física e psíquica de realizar um enunciado, o ser no mundo; 2) o ser enquanto a origem dos atos ilocucionários realizados na produção do enunciado; 3) a de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa. Todas estas três propriedades estão contidas na mesma pessoa.

Assim, o locutor é definido como “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado”. (DUCROT, 1987, p. 182). A figura do locutor desdobra-se em duas representações, o *locutor-enquanto-tal* (L), definido pelo autor como o “ser do discurso”, e o *locutor-enquanto-ser-no-mundo* (λ). Este último distingue-se do primeiro por tratar-se de uma figura não-enunciativa, portanto, externa ao discurso.

O locutor é o responsável pelo enunciado e por meio dele dá existência a enunciadores “de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes” (Idem, p. 193). A identificação de (λ) só é possível através de (L), pois é o (L) que qualifica o que faz (λ). O locutor (L) e o sujeito falante (λ) podem não coincidir em relação a um enunciado.

Tomamos o ‘cheque’ como uma forma de exemplificar o que foi dito no parágrafo anterior, considerando que a validação deste documento está condicionada à assinatura. O cheque funciona como um documento que permite ao correntista de um banco autorizar, por meio de enunciados específicos e, sobretudo, da assinatura, o pagamento de um valor X a uma outra pessoa. Para Ducrot (1987), a assinatura tem um papel fundamental na enunciação, pois é ela que assegura simultaneamente a identidade do locutor, enquanto responsável pela enunciação, e do sujeito falante, enquanto autor dos enunciados. Neste caso, podemos considerar que locutor e falante coincidem-se.

Ducrot ainda observa que em uma enunciação podem surgir vozes que não são as de um locutor, mas as de enunciadores. Os enunciadores são “estes seres considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista”. (Idem, p. 192). Para exemplificar esta questão, o autor propõe pensar a questão da ironia.

O trabalho de Ducrot, ainda em desenvolvimento, atrai muitos linguistas que comungam da tese de que a descrição da enunciação é constitutiva do sentido dos enunciados, e não mais daquele que diz. Ducrot (1987, p. 182) pontua que a descrição “contém, ou pode conter, atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem” e, por este viés a enunciação é o acontecimento que constitui o surgimento de um enunciado que se realiza na língua”.

Em trabalhos mais recentes, Ducrot, em parceria com M. Carel, vem desenvolvendo a Teoria dos Blocos Semânticos. Por esta teoria o modelo de análise da enunciação sustenta-se na tese de que o sentido de um enunciado é puramente argumentativo. Para os autores, “o sentido de uma entidade linguística é ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os conjuntos de discursos associados a outras entidades. Só o discurso é, portanto, doador de sentido”. (DUCROT, 2002, p. 7). Numa outra formulação Carel e Schulz (2004, p. 91)

discurso verbal é inevitavelmente orientado para discursos anteriores tanto do próprio autor quanto de outros [...]”. Ou seja, “o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante”.

afirmam que “o sentido das palavras se constrói no próprio discurso para se cristalizar a seguir no léxico”.

Segundo Ducrot (2002), o conjunto dos discursos doadores de sentidos reconhecidos pela teoria são os “encadeamentos argumentativos”. Nas palavras de Ducrot (2009, p. 23), “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações”. Desse modo, a tese de Ducrot se sustenta na afirmação de que as entidades linguísticas evocam, na enunciação, discursos que são significados pela orientação argumentativa que os constituem.

5. Eduardo Guimarães: A Semântica da Enunciação

No Brasil, temos como precursor dos estudos da Semântica da Enunciação o semanticista Eduardo Guimarães, que há mais de 40 anos vem se dedicando à pesquisa e à elaboração de uma semântica que inclui o excluído por Saussure, ou seja, uma semântica que considera ao mesmo tempo a língua, a história e o sujeito que enuncia.

Para Dias (2019), o artigo “Variabilidade ou invariabilidade do advérbio em Português” (1972), de Eduardo Guimarães, apresenta os primeiros traços de uma abordagem enunciativa da ordem linguística que contribuíram, ao longo destes anos, para a constituição da Semântica da Enunciação no Brasil.

Para compreender esse lugar teórico, vamos revisitar quatro obras de Eduardo Guimarães, que estamos considerando como acontecimentos do dizer, mostrando as suas reflexões sobre os estudos da enunciação. E será por meio do movimento dessa produção intelectual de Guimarães, que rememora estudiosos da linguagem e campos de conhecimento distintos, que tentaremos mostrar a construção teórica do conceito de enunciação desenvolvida pelo semanticista.

5.1 *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções no português (1987)*

Nesse texto, Guimarães (1987) discute e analisa a importância das conjunções, denominadas de operadores argumentativos, na perspectiva da Semântica da Enunciação, mantendo interlocução com as teorias da enunciação desenvolvidas por Benveniste e Ducrot e com a Análise de Discurso.

Guimarães (Idem) assinala que a definição da enunciação inicia-se com a concepção formulada por Benveniste: a enunciação como uma atividade do locutor em produzir um enunciado. Diz o autor que esse conceito aparece nos trabalhos de Ducrot, Vogt, Anscombe e em seus próprios trabalhos anteriores a esta obra.

A partir da filiação aos campos teóricos da Enunciação e da Análise de Discurso, Guimarães (2007, p. 12) define a *enunciação* como

o evento histórico do aparecimento do enunciado. Ou seja, definiremos a enunciação independentemente do sujeito. Deste modo poderemos dizer, depois, que o sujeito se representa diversamente nos enunciados que ocorrem no evento da enunciação.

Diferentemente de Benveniste, Guimarães defende que a enunciação deve ser pensada independentemente do sujeito, pois para ele o sujeito se representa de forma

diversa no aparecimento do enunciado, daí o seu caráter polifônico¹⁷. Ou seja, não se trata de um sujeito unívoco como definiu Benveniste, mas de um sujeito da enunciação que se divide em Locutor, locutor-x, Alocutário, alocutário-x e enunciadores.

5.2 *Os limites do sentido: um estudo histórico-enunciativo da linguagem (1995)*

Nessa obra, Guimarães define a Semântica Histórica da Enunciação, e a partir dos diálogos mantidos com Benveniste e Ducrot, formula o conceito de enunciação. O primeiro diálogo se deu com o trabalho de Benveniste (2006) que conceitua, em “O Aparelho Formal da Enunciação”, a *enunciação* como “a colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. (Idem, p. 82). O segundo diálogo foi com o trabalho de Ducrot (1987, p. 168), para quem a *enunciação* é a realização de um enunciado concebido como um acontecimento histórico, ou seja, “é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois”.

Para construir um conceito de *enunciação* que a caracterize socialmente, Guimarães abre diálogo com a Análise de Discurso e mobiliza os conceitos de discurso e interdiscurso¹⁸. A partir deste lugar teórico, Guimarães (1995a, p. 68) define a enunciação como o “lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade”.

Retomando desses três campos teóricos questões como a relação do sujeito com a língua, o caráter de acontecimento e o interdiscurso, Guimarães (Idem, p. 70) define a enunciação como

um *acontecimento* de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento.

O acontecimento para Guimarães não é o fato, algo linear na linha do tempo, que se dá num tempo presente. O acontecimento é o dizer constituído por uma temporalidade que é própria da enunciação, ou seja, o presente da enunciação abre para uma latência de futuro (outras enunciações, o interpretável) e recorta um passado de enunciações já realizadas, constituindo o sentido do que é enunciado.

Observa-se que a definição de enunciação como *um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso*, ganha novos contornos que produzem sentidos que se mantêm e se alargam no campo teórico proposto por Guimarães. Nessa definição, o semanticista coloca em questão pontos fundamentais para os estudos da Semântica:

1. a enunciação é um acontecimento de linguagem;

¹⁷ A ideia de caráter polifônico do enunciado está presente nos trabalhos de M. Bakhtin e tem relação com a unidade mínima da língua, que para o autor é o diálogo. O diálogo não se restringe necessariamente à conversa entre duas pessoas, pois até mesmo ao escrever um texto, se tem presente o outro, mesmo que virtualmente. Nesta direção, Bakhtin formula o conceito de dialogismo, que para ele é a relação estabelecida entre um texto com outros textos, ou seja, todo discurso é constituído por outros discursos. Conforme Flores (2009, p. 80), na perspectiva bakhtiniana, todo discurso traz “ressonâncias de já-ditos, responde a dizeres diversos (passados, presentes, futuros) e faz projeções e/ou antecipações do discurso-resposta” (citação com modificações). Outro ponto a ser destacado é o fato de que Bakhtin estudou o funcionamento das várias vozes no texto e não no enunciado. Ducrot (1987), postulando que em um enunciado é possível ouvir mais de uma voz, desloca o conceito de polifonia presente no texto para o enunciado.

¹⁸ O conceito de discurso e interdiscurso, mobilizado por Guimarães (1995) para a Semântica Histórica da Enunciação, é o mesmo adotado pela Análise do Discurso. (PÊCHEUX, 1987 e ORLANDI, 1995).

2. a realização desse acontecimento de linguagem se dá pelo funcionamento da língua que é afetada pelo interdiscurso. Assim, sujeito e língua se constituem no/pelo funcionamento da língua.

Todo este movimento teórico constituído por Guimarães culmina num terceiro acontecimento que se dá a partir do século XXI, com a publicação do livro: *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação.

5.3 *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação (2002)

A questão que move o autor neste trabalho é como tratar a *enunciação* como funcionamento da língua sem remeter a um locutor, a uma centralidade do sujeito. Guimarães (2002) considera a *enunciação* como o acontecimento do dizer ou ainda, a *enunciação* é o acontecimento de linguagem do funcionamento da língua¹⁹. Para esta tomada de posição teórica é preciso levar em conta quatro elementos que caracterizam o acontecimento. Os dois primeiros elementos, a língua e o sujeito, se constituem pelo funcionamento da língua no qual o sujeito enuncia algo. O terceiro elemento é a temporalidade do acontecimento. Segundo o autor (2005, p. 12), “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento”, “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (Ibidem). E é neste ponto que o autor trata do conceito de memorável²⁰, que não é o mesmo que memória discursiva. O quarto elemento a ser considerado é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. Trata-se da materialidade histórica do real, uma vez que o sujeito enuncia enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico²¹.

5.4 *Semântica*: Enunciação e Sentido (2018)

Nessa obra, Guimarães (2018, p. 14) define a enunciação como “o que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua”. Ou seja, “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós, de um acontecimento, o acontecimento do dizer” (Idem, p. 18 - 19), e se dá pelo funcionamento da língua num espaço de enunciação.

Diante do que foi exposto nas quatro obras de Guimarães recortadas para este percurso, podemos dizer que o conceito de *enunciação* formulado nesses trabalhos converge para uma mesma direção:

1. A enunciação é o evento histórico do aparecimento do enunciado (1987);
2. A enunciação é um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento (1995);
3. A enunciação é o acontecimento do dizer (2002);

¹⁹ Ver Posfácio: Acontecimento e Argumentação, publicado no livro *Texto e Argumentação*: Um estudo das conjunções do Português, 2007, p. 203 – 2016.

²⁰ Sobre o memorável, o autor pontua que a temporalidade da enunciação se constitui por um presente, momento em que se enuncia, que abre para o lugar do interpretável e um passado, que não é lembrança, tampouco recordação pessoal de fatos anteriores. Trata-se da rememoração de enunciações que se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro, lugar da projeção, do interpretável. O presente e o futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar, ou seja, a enunciação significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (Sobre memorável ver Guimarães, 2002; 2005; 2017).

²¹ Ver Posfácio: Acontecimento e Argumentação, publicado no livro *Texto e Argumentação*: Um estudo das conjunções do Português, 2007, p. 203 – 2016.

4. A enunciação é o que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua (2018).

O trabalho de Guimarães mantém as bases de sua filiação teórica, mas de maneira particular distingue-se delas na medida em que a *enunciação*, para o autor, não se dá numa relação dialógica EU – TU, tampouco por uma condição intencional ou de verdade ou não verdade, mas por uma relação enunciativa do evento histórico do aparecimento do enunciado (GUIMARÃES, 1987). Nessa linha, o acontecimento do dizer não se dá como um fato no tempo, com um antes e um depois, o acontecimento instala sua própria temporalidade, pois o que está em jogo não é “quando” a enunciação se dá, mas “como” ela acontece.

Comungamos com Dias (2019, p. 15) quando diz que Guimarães, ao longo desses mais de 40 anos de trabalho, “elabora um modelo de estudo científico da significação com fortes traços de autoria brasileira”.

6. O Conceito de Enunciação na Perspectiva de Luiz Francisco Dias

O trabalho de Dias (2018), no campo dos estudos da significação, tem origem na sua primeira participação, como aluno de graduação, na apresentação de trabalho de pesquisa em 1983, em que discutiu o “uso intrigante do termo *então*” (2018, p. 8) e as suas implicações semânticas. As questões aqui discutidas afloraram-se na sua tese de doutorado (1995) ao pesquisar que há uma dimensão de ordem semântica, ainda pouco explorada nos estudos sintáticos, de que é possível se trabalhar as unidades linguísticas sob o ponto de vista da enunciação.

A tese de Dias (1996), sob o título *Os Sentidos do Idioma Nacional: as bases do nacionalismo linguístico no Brasil*, marca, então, os primeiros estudos do autor no âmbito da enunciação e dos sentidos. Para o autor (2018a, p. 45), a *enunciação* é “o acontecimento da produção do sentido, resultando em um enunciado que adquire pertinência social”.

A partir dessa pesquisa, Dias passa a desenvolver estudos da forma linguística sob o viés da enunciação, filiados a Bally, Benveniste, Ducrot e Guimarães. Esses estudos atualmente compreendem os conceitos basilares da sua produção intelectual e se encontram reunidos na obra *Enunciação e Relações Semânticas*. (2018a).

Para Dias (2013), a atualização do dizer na *enunciação* se dá pela relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade (memória)²², ou seja, a enunciação se constitui pelo funcionamento de uma memória de natureza histórica, que é constituída por enunciados produzidos em outros tempos e lugares, e uma atualidade do dizer. Por este viés, a *enunciação* ganha pertinência na instância do presente do enunciar com base nas redes de memória a que todos nós, seres sociais, somos filiados.

Por esse modo de conceber a *enunciação*, originam-se duas concepções fundamentais para os estudos realizados por Dias: a pertinência enunciativa e o referencial histórico.

Para Dias (2013, p. 213), “aquilo que é enunciável só é apreendido como tal em caso de unidades que se articulam de maneira a construir formulações socialmente pertinentes”. De outro lado, pelos referenciais históricos, somos afetados pelo que já significou e por esse funcionamento produz-se no dizer as condições para respondermos a essas demandas de significação no presente do enunciar.

²² Ver Dias, 2013a.

Nessa linha, a significação não é algo pronto e acabado. E nesse sentido, Dias (2018a) faz uma distinção entre significação e significado. A primeira contém a ideia de dinamismo, ou seja, “como as formas de expressão materializam a significação de pessoas, objetos, bichos, partes do corpo, situações, de acordo com aquilo que nos motiva socialmente” (Idem, p. 21); a segunda é da instância do estático, já realizado. E nesse sentido, a significação da palavra se dá no acontecimento enunciativo, considerando o domínio de mobilização, que são “as motivações sociais para significar numa determinada direção”. (Idem, p. 23).

Palavras Finais

O percurso teórico apresentado, neste trabalho, nos possibilitou compreender de que modo a *enunciação* foi sendo constituída, enquanto conceito teórico no campo da semântica, desenvolvido na Europa e no Brasil. Trata-se de uma construção em que cada teórico, ao estabelecer a relação entre o sujeito e a língua nos estudos da linguagem, o faz a partir de outros estudos, aos quais se filia, criando novas teses e abrindo outros caminhos para evolução de novos estudos sobre a enunciação. O fato de o homem compreender que a linguagem acontece porque no mundo o que encontramos é um homem falando com outro homem e que em todo dizer há a presença de quem diz para quem se diz, coloca a *enunciação* numa outra condição dentro dos estudos semânticos, ou seja, numa posição em que a *enunciação* não é um ato de utilização da língua por sujeitos e nem um ato intencional do sujeito. Esta posição confirma a tese de que a *enunciação* é o acontecimento do dizer, dizendo de outro modo, o acontecimento do funcionamento da língua se dá porque este funcionamento se constitui de uma temporalidade de sentidos (passado, presente e futuro) no/do dizer.

REFERÊNCIAS

- BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. Seconde édition entièrement refondue. Berne: Éditions A. Francke S. A., Berne, 1944.
- BARBISAN, Leci Borges & TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. In: **Organon**. Volume 16, Número 32/33, 2002 (Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. de M. G. Novak e M. L. Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et. al., revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: Ciência das significações (1897)**. Coordenação e revisão da tradução Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.
- CAMARA Jr, Joaquim Mattoso. **História da linguística**. Tradução Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1975.
- CAREL, M. & SCHULZ, P. Genericidade, metáfora e descrição lexical: um estudo do provérbio não há rosa sem espinho. Tradução Leci Borges Barbisan. **Revista Letras de Hoje**, v. 39, nº 1, Porto Alegre, pp. 89 – 119, março/2004.



- DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- DIAS, L. F. (2013b). A “**linguagem cidadã**” em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN et. al. (orgs.). Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história. Campinas: RG Editora, 2013. pp.211-222.
- DIAS, L. F. **Enunciação e Relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, L. F. Um olhar para as articulações linguísticas na constituição de uma Semântica da Enunciação. **Traços de Linguagem**. V.3, n.2, p. 8-15, 2019.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Ver. técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. Os internalizadores. Tradução Leci Borges Barbisan. **Revista Letras de Hoje**, v. 37, nº 3, Porto Alegre, pp 7 – 26, setembro/2002.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Revista Letras de Hoje**, v. 44, nº 1, Porto Alegre, pp. 20 – 25, janeiro-março/2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de linguística da enunciação** [et al.]. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995b.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: Um estudo enunciativo da designação. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005
- GUIMARÃES, Eduardo. (1987). **Texto e Argumentação**: Um estudo de conjunções do Português. 4 ed. revista e ampliada. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: Enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- RODRIGUES, Mara Lúcia Martins. **Os sentidos de família no acontecimento de enunciação**. 2020. (Tese/Doutorado). Faculdade de Educação e Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye. Colaboração de Albert Riedding. Tradução Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- WEIL, Henri. **Da ordem das palavras nas línguas antigas comparadas às línguas modernas**: questão de gramática geral. Tradução de Sheila Elias de Oliveira. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

Recebido em: maio de 2021.

Aprovado em: julho de 2021.

Como citar este trabalho:

RODRIGUES, M. L. M.; ZATTAR, N. Semântica da Enunciação: um percurso teórico. **Traços de Linguagem**. v. 5, n. 1, p. 95-106, 2021.
